

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: MME espera aval do TCU para leilão ainda este mês	2
Título: Incertezas preocupam o setor de petróleo e gás na Argentina.....	2
Título: México faz aporte e renegocia dívida da Pemex	5
Título: Sem plano, não haverá gás para crescer	6
Título: Sob pressão, CSN retoma obras da Transnordestina.....	8
Título: CTG recorre à biotecnologia no combate ao mexilhão	11
Título: Curtas	12
Título: PGR dá aval contrário a Mangueiras no STF	13
Título: ExxonMobil reforça presença na costa sergipana	14
Título: Demanda estrangeira por ação segue reduzida	15
Título: Setor químico tem primeira emissão verde com Sabará.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Governo deve desbloquear R\$ 15 bi do Orçamento	19
Título: Entre intenções e dura realidade.....	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Divergências travam plano de socorro a estados na Câmara.....	21
Título: Fetiche.....	23
Título: Bolsa de SP sobe 0,40% com medidas da China	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 12/09/2019**Seção:** Brasil**Autor:** Rafael Bitencourt | De Brasília**Título:** MME espera aval do TCU para leilão ainda este mês

O ministro de Minas e Energia, **Bento Albuquerque**, disse ontem que o Tribunal de Contas da União (TCU) deve liberar os estudos do megaleilão de petróleo até fim deste mês.

O certame, previsto para 6 de novembro, oferecerá às grandes petroleiras o direito de explorar o volume excedente aos 5 bilhões de barris do contrato da cessão onerosa, firmado com a Petrobras em 2010. O edital, publicado na última semana pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), colocará em disputa quatro blocos na bacia de Santos.

Ao sair de audiência pública na Câmara, Albuquerque confirmou que passou a tarde de terça-feira reunido com os ministros do TCU para tratar do assunto. O encontro contou com a presença do relator do processo, o ministro Raimundo Carreiro. De acordo com o ministro de Minas e Energia, a ida ao tribunal serviu para apresentar os aprimoramentos feitos a partir da análise do relatório elaborado pela equipe técnica do órgão de controle.

Sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC), que garante a divisão de recursos do megaleilão com Estados e municípios, Albuquerque disse que está em "diálogo permanente" com as lideranças do Congresso. Ele afirmou que os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), "têm a percepção" da importância de realizar o megaleilão ainda neste ano.

Além de permitir que seja repartido o dinheiro arrecadado no certame com outros entes da federação, a PEC possibilitaria o pagamento à Petrobras de R\$ 33,6 bilhões - valor acertado na revisão do acordo de cessão onerosa, em abril. Para isso, o governo pretende usar parte dos R\$ 106 bilhões a serem cobrados na venda dos quatro blocos de petróleo para pagar a estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 12/09/2019**Seção:** Internacional**Autor:** Marsílea Gombata e Marina Guimarães | De São Paulo e de Buenos Aires**Título:** Incertezas preocupam o setor de petróleo e gás na Argentina

O setor de petróleo e gás de xisto na Argentina vive um momento de incerteza, poucos meses depois começar a deslançar. Medidas adotadas recentemente pelo presidente Mauricio Macri e o discurso ambíguo de Alberto Fernández, favorito para vencer a eleição em outubro, lançam dúvidas sobre o futuro do setor, que é visto como um dos principais legados positivos do governo atual.

A produção no campo de Vaca Muerta começou a crescer nos últimos meses e deve levar a Argentina a ter superávit na conta de petróleo e gás no ano que vem. Mas o momento favorável das empresas que investem na reserva pode estar ameaçado. Em agosto, depois da derrota nas primárias, Macri anunciou congelamento do preço de combustíveis, o que desagradou as companhias. Na semana passada, Fernández fez declarações pouco amistosas às empresas estrangeiras que operam no país.

O congelamento, afirma Marcelo García, diretor da consultoria Contexto Consultores, deixa o próximo governo em uma situação difícil, de ter de escolher entre manter os preços congelados e aliviar o bolso dos eleitores ou reajustar os preços, atendendo a demanda das empresas. "No curtíssimo prazo, o próximo governo deve priorizar os eleitores", acrescenta. Isso aumenta a insegurança das empresas

O governo fixou o preço do barril de petróleo em US\$ 42, ante US\$ 62 da cotação no mercado internacional. "Essa diferença de US\$ 20 é insustentável, e ninguém vai continuar investindo. As companhias terão manejo de capital muito disciplinado e o 'fracking' [fraturamento hidráulico, a técnica para explorar o xisto] esperará novas definições", disse uma fonte da equipe econômica de Fernández.

Segundo fonte próxima à estatal YPF, a medida tabelou o preço para produtores (como V ista Oil & Gas, Tecpetrol, Chevron, Exxon) e deixou margem de lucro maior para as que operam no setor de refino (como YPF, Shell, Axxion) com o objetivo de manter o preço ao consumidor final. Atualmente, as produtoras arcam com 90% do custo do congelamento, e as empresas do setor de refino com 10%.

O governo Macri, porém, não parece disposto a resolver o imbróglio antes do primeiro turno da eleição, em 27 de outubro. "Se a eleição confirmar a vitória de Alberto, por que Macri vai resolver isso? Vai deixar para que o próximo governo se vire com o problema. O que Macri quer é garantir o preço até novembro", diz a fonte. "Se o congelamento ultrapassar o período de seis meses, será complicado. Seremos obrigados a rever os investimentos, inclusive na estatal."

Um executivo de uma empresa produtora que atua em Vaca Muerta diz que as empresas continuam operando, mas estão preocupadas porque pensavam que o congelamento de Macri era provisório e não sabem o que Fernández fará. Se ele ampliar o prazo, será interpretado como uma mensagem sobre a futuro política de governo.

Em 2003, quando Fernández era chefe de gabinete do então presidente Néstor Kirchner, lembrou o executivo, o país tinha superávit energético de US\$ 6 bilhões, mas logo vieram o congelamento das tarifas e o aumento dos impostos às exportações, que levaram empresas a engavetar investimentos. Em 2011, o país teve que importar US\$ 15 bilhões em gás e petróleo, gerando o maior déficit no setor.

Além do congelamento dos preços de petróleo, comentários feitos por Fernández recentemente também acenderam um alerta sobre o futuro de Vaca Muerta. "Não tem sentido ter petróleo se, para extrai-lo, tem que deixar que as multinacionais

venham e o levem", disse Fernández em visita ao Parlamento espanhol, na semana passada.

Assim que retornou à Argentina, nesta semana, tentou reduzir a polêmica. "Só digo que seria muito melhor para nossos países ter desenvolvido nossa própria tecnologia porque teríamos aproveitado melhor nossas riquezas", disse Fernández, ao ressaltar que respondeu a uma pergunta sobre tecnologia e não sobre petróleo.

Cotado para o ministério da Fazenda em um governo Fernández, Guillermo Nielsen disse em entrevista ao **Valor** no mês passado que a ideia é reduzir o imposto de renda das empresas em Vaca Muerta de 35% para 20%. Apesar disso e da tentativa de Fernández de remediar, a declaração da semana passada rememorou o governo de Cristina Kirchner, vice de Fernández na chapa, que expropriou a petrolífera YPF, antes controlada pela espanhola Repsol. A medida afugentou o capital estrangeiro do setor de energia da Argentina.

"O nível de incerteza aumentou nos últimos dias", afirma Aditya Ravi, da consultoria Rystad Energy. "Vimos a produção crescer muito nos últimos nove meses, e para que isso continue é preciso dar continuidade a políticas pró-investimentos dos últimos anos. Se isso continuará, contudo, é incerto."

Hoje Vaca Muerta é tida como potencial motor econômico do próximo governo, afirma Jimena Blanco, da consultoria de risco político Verisk Maplecroft. "É a principal fonte capaz de prover o fluxo de divisas das quais a Argentina necessita para estabilizar o peso e a economia", diz, ao ressaltar que a grande pergunta é o que acontecerá com o congelamento de preços que Macri implementou.

O ambiente macroeconômico do país não deixa margem para o próximo governo manter os preços congelados, afirma Esteban Kipper, ex-vice-presidente da Cammesa (responsável pela comercialização de energia elétrica na Argentina) e diretor da consultoria Economia e Energia.

"Diante de uma situação fiscal tão delicada, não creio que haja espaço para subsídios para empresas de energia, como havia antes de Macri chegar ao poder", diz. Ele avalia que será difícil o governo manter o congelamento de preços de combustível e também de tarifas de eletricidade e gás - como Macri determinou até novembro.

Em reunião de parte da equipe de Fernández com empresários do setor de energia elétrica, no mês passado, foi proposta mudança no reajuste de tarifas. "Hoje as tarifas de gás e luz são reajustadas segundo a inflação ao produtor, que acompanha a valorização do dólar em relação ao peso, enquanto os salários crescem abaixo disso", afirma fonte da equipe econômica de Fernández. "O que se propôs na reunião foi a 'desdolarização' dessas tarifas, mas não congelá-las."

Uma das primeiras medidas que Macri tomou ao chegar ao poder foi reajustar as tarifas de energia. O que os consumidores pagam na conta de luz hoje cobre 62% do custo de geração de energia, sendo o restante coberto por subsídios. Há um ano, o

total pago pelos consumidores cobria 40%, segundo relatório do Instituto Argentino de Energia General Mosconi.

O total de subsídios do governo para manter as tarifas de gás e luz praticamente sem reajustes passou do equivalente a 3% do PIB em 2015 - quando Macri assumiu - para 1,5% do PIB.

"Não creio que um governo Fernández mudará muita coisa em relação a isso. Não há espaço para aumentar os subsídios, mas ele tampouco pode permitir um reajuste total, porque estará preocupado em reduzir a inflação", conclui García.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2019

Seção: Internacional

Autor: Jude Webber e Colby Smith | Financial Times, da Cidade do México e de Nova York

Título: México faz aporte e renegocia dívida da Pemex

O México anunciou ontem uma injeção de US\$ 5 bilhões na Petróleos Mexicanos (Pemex), depois de a empresa lançar uma operação de troca de títulos de dívida estimada em US\$ 15 bilhões para aliviar o cronograma de pagamentos e evitar o risco de um rebaixamento na classificação de crédito.

O orçamento federal para 2020, apresentado no fim de semana, já previa 86 bilhões de pesos (US\$ 4,4 bilhões) em isenções tributárias e capitalização da petrolífera, cuja dívida ultrapassou US\$ 104 bilhões no segundo trimestre.

O Ministério da Fazenda do México informou que vai tirar os US\$ 5 bilhões adicionais de "ativos financeiros depositados no Tesouro federal", ressaltando que isso não afetará o endividamento líquido do México nem a necessidade de captação do setor público.

A Pemex destacou que os US\$ 5 bilhões serão usados para refinar títulos da dívida com vencimento entre 2020 e 2023 e que os recursos das novas ofertas de bônus ajudarão a refinar sua dívida de curto prazo.

A Pemex contratou o Citigroup, o Goldman Sachs, HSBC, J P Morgan, BoA Merrill Lynch, Crédit Agricole, CIB e Mizuho Securities para coordenar a operação de reestruturação da dívida. O objetivo da operação, segundo uma fonte, é fazer "desaparecer" os pagamentos mais próximos, para tentar evitar um rebaixamento da nota de crédito da empresa.

Em junho, a agência de classificação de risco Fitch Ratings rebaixou o rating da Pemex para "junk" (nota de investimento de maior risco). As agências alertam para o risco de

novo rebaixamento, considerando os baixos níveis da produção, reservas a ajuda do governo considerada insuficiente. Se outra agência der nota "junk", isso desencadeará venda obrigatória das ações da petrolífera em mãos de investidores institucionais e atingiria o rating soberano do México, que tem grau de investimento.

Pela operação proposta, a Pemex oferecerá bônus com vencimentos em sete, dez e 30 anos "para ajudar o refinanciamento das dívidas de curto prazo", segundo a petrolífera. A empresa também pretende trocar bônus de médio e longo prazo - com vencimentos entre 2022 e 2025, e entre 2041 e 2048 - para aliviar a pressão com o cronograma de pagamentos.

Tim Jagger, da empresa Columbia Threadneedle Investments, disse que a operação pode adiar um rebaixamento da Pemex em 12 a 18 meses. "Vínhamos sendo bastante positivos em relação à Pemex porque achávamos que a posição financeira exigia que o governo precisaria intervir mais diretamente para garantir a capacidade da Pemex de se financiar. O anúncio está alinhado com esse cenário-base."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2019

Seção: Opinião

Autor: Luís Duque Dutra

Título: Sem plano, não haverá gás para crescer

Primo enfeitado do petróleo, o gás natural está nas manchetes com o prometido "choque" de oferta que baixará preços e multiplicará investimentos. Antes tarde do que nunca. Pelas próprias petroleiras, ele é visto como a ponte para a economia de baixo carbono. Abundante no pré-sal, no mundo, o recurso experimenta uma revolução apoiada na tecnologia de liquefação, nas reservas de folhelho e no aproveitamento químico. Às portas da transição energética e diante da riqueza encontrada em águas ultraprofundas, não faltam motivos para apostar no futuro do gás na matriz energética brasileira. Contudo, é bom ter cuidado e alguma precaução, afinal, não foi desprezado por décadas à toa.

A física básica ajuda a entender o problema. Por conter muito menos energia por metro quadrado que o carvão e o petróleo, ambos de origem fóssil como o gás natural, ele sempre esteve em desvantagem. Movimentá-lo e guardá-lo é bem mais caro, a despeito de todo avanço realizado no século passado. Fora isso, os meios para tanto são especialmente dedicados e indivisíveis: sem gás, um gasoduto para nada serve, uma jazida gigantesca e distante, sem gasoduto, não vale muito. As instalações não são concebidas separadamente, estão todas conectadas umas às outras.

Para complicar, até alcançar seu uso final, o gás percorre um longo caminho numa extensa cadeia de agregação de valor, na qual, em sucessivas transformações e seguidos deslocamentos, podem ocorrer numerosas variações, alguns desvios e utilizações as mais diversas (como matéria-prima ou fonte de energia). Algumas vezes

elas são concorrentes, outras, complementares. A cada elo da cadeia de valor, ocorre uma transação que corresponde a um "custo-transação". De forma a assegurar o controle do fluxo, evitar interrupções de qualquer natureza e maiores riscos em investimentos de bilhões de dólares, a propriedade dos diferentes ativos maximiza o lucro e, portanto, viabiliza a expansão. A verticalização, as participações cruzadas e os contratos de longo prazo diminuem o custo da oferta.

O valor criado a cada etapa e a infraestrutura em rede do negócio conferem um enorme poder às empresas. Elas não vendem um produto e, sim, um serviço: a sua entrega, pronto para uso, em fluxo contínuo, na especificação e no volume desejado. Nos serviços em rede, ao contrário do convencional, o custo de fornecer mais uma unidade (custo marginal) tende a zero, enquanto o benefício de adquirir a unidade adicional tende ao infinito. Em termos práticos, o vendedor captura o comprador, não há como substituí-lo: boa questão para o pensamento econômico do século XXI.

Tudo fica mais difícil quando se considera o meio ambiente e o clima. O aproveitamento do gás exige, então, muito mais atenção. O recurso não renovável emite menos dióxido de carbono que os demais combustíveis fósseis e nenhum particulado (ou fuligem). Assim, substitui o carvão na geração elétrica, o óleo combustível como fonte de calor e pode deslocar os derivados do petróleo no transporte, além de impulsionar a nova petroquímica. Apesar do potencial, não é panaceia e, principalmente, não existe solução de pronto-uso. Aliás, acreditar que o livre-mercado vai dar conta da defesa do consumidor e da proteção ambiental, contra oligopólios articulados em intrincadas cadeias produtivas, não tem respaldo nem histórico, nem teórico.

A queda de preço é um desafio. Monopólios serão trocados por oligopólios, ambientes de concorrência imperfeita

Posto isto, em agosto de 2019, àquele interessado no assunto, salta aos olhos a aposta na competição e na queda do preço. Ela não será imediata, talvez daqui a quatro anos, se tudo der certo. Ademais, a aposta ignora fundamentos teóricos e tem pouca aderência à realidade; afinal, trata-se de transformar monopólios em oligopólios; dois ambientes de competição imperfeita. Os monopólios naturais e a concorrência pura (e perfeita) são modelos simples, facilmente compreensíveis quanto à conduta e ao desempenho dos atores, o que não se verifica nos oligopólios, instáveis por natureza e, quando concentrados, imprevisíveis; assim ensina a microeconomia elementar.

A experiência europeia, continente dotado de larga infraestrutura, demonstra em quanto a práxis reflete a teoria: há 30 anos, eivada de tentativas, erros e acertos, a política de abertura teve impacto reduzido nos preços e no poder de mercado das empresas. Lá, o preço do gás é no mínimo o dobro do cobrado nos Estados Unidos ou no Canadá. No Brasil, por sua vez, a "quebra" do monopólio da Petrobrás completa 20 anos e não se consumou. Aqui, o sobrepreço é maior e até as estatísticas são pobres: o preço médio nem ponderado é. Os valores das transações encontram-se protegidos pelo sigilo contratual e os preços não estão subordinados a regulação alguma, a não

ser o botijão de GLP comprado pelas famílias brasileiras que, aliás, nem gás natural é. Seria bom também explicar isso às autoridades.

Além disso, o que acontece no Hemisfério Norte não se repetirá por aqui e, neste ponto, a geografia foi inclemente para eles. A calefação e a eletrificação empurraram o carvão para a base do sistema energético nos EUA, nos países europeus e na China. Nestes, a transição energética passa justamente pela substituição do carvão pelo gás, o que diminui em um terço as emissões de CO₂ por unidade de calor fornecida à indústria e às residências e em metade as emissões na geração de eletricidade.

No Brasil, de novo a geografia, a base é outra e a extensão territorial de Norte a Sul nos permitiu integrar bacias hidrográficas com diferentes regimes pluviométricos. A mesma diversidade hoje impulsiona o aproveitamento eólico e fotovoltaico. Como não há quase carvão para substituir e o gás será o complemento que compensará a intermitência das novas fontes, cabe pensar em outros usos, como substituir o óleo diesel nas metrópoles e o GLP nas residências, além do mais importante e nunca mencionado: o uso como matéria prima, quando seu valor até quintuplica frente ao original.

Embora essencialmente acadêmica, o que pouco ajuda hoje em dia, vale ressaltar a inquietude quanto ao conteúdo da "nova" política de gás natural, do qual pouco se sabe, mas, muito se fala. Sem planejamento metódico e regulação precisa não haverá gás para crescer, ele ficará como está, encalhado nas jazidas de onde jorra o óleo do pré-sal. É este que dá lucro.

Luís Eduardo Duque Dutra é doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris XIII, Mestre em Planejamento Energético pela COPPE e Professor Adjunto da Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Sob pressão, CSN retoma obras da Transnordestina

Sob forte pressão do governo federal e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) se prepara para retomar nas próximas semanas a construção da ferrovia Transnordestina, que ligará o interior do Piauí aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE). No entanto, o resgate do projeto, paralisado desde 2017, não garante que o empreendimento será concluído.

A meta da companhia é entregar, até 2022, ao menos parte da obra - provavelmente, o trajeto entre Piauí e Ceará, que está mais avançado, segundo fontes próximas à CSN. A entrega da ferrovia ainda neste mandato seria uma vitória para o governo federal.

Além de destravar um empreendimento importante para a logística da região, a obra, que geraria cerca de 6,5 mil empregos diretos, seria uma vitrine para Jair Bolsonaro

(PSL) no Nordeste, região em que sua popularidade é mais baixa. Uma visita do presidente às obras já estaria sendo articulada para outubro.

Para a CSN, a conclusão da ferrovia, após mais de uma década de imbróglis, também representaria um alívio.

Primeiro, porque a operação passaria a gerar caixa e dar retorno financeiro, após anos de investimentos e esforços. Além disso, o grupo se veria livre das atuais ameaças envolvendo o projeto: a possível caducidade do contrato, em análise pela ANTT, e a possibilidade de um vencimento antecipado das dívidas bilionárias contraídas para a obra, e que estão em grande parte garantidas pela companhia.

Nesta nova etapa de construção do projeto, a CSN se comprometeu com o governo a investir R\$ 257 milhões. Os recursos seriam suficientes para construir mais 177 quilômetros de infraestrutura até fevereiro de 2020, sendo ao menos 20 quilômetros com a colocação de superestrutura (dormentes e trilhos). Ao todo, a ferrovia terá 1.753 quilômetros, dos quais cerca de metade já foram construídos.

As obras deverão recomeçar em outubro, segundo fonte ligada à empresa. Outra pessoa que acompanha o projeto afirma que parte dos trabalhos, no Piauí, já tiveram início no fim da semana passada.

A construção da Transnordestina, inaugurada em 2006, começou a sofrer paradas a partir de 2016, em meio a problemas de engenharia, escassez de recursos e entraves jurídicos com quilombolas impactados pelo empreendimento em trajeto da ferrovia no Piauí.

A paralisação final veio em 2017, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) bloqueou qualquer repasse de dinheiro público à construção. À época, o órgão identificou um "alto risco de não conclusão" da obra, cujo custo real "nem sequer é sabido", apontou o relatório. Pelo acórdão, a retomada dos desembolsos ficou condicionada à apresentação de novos projetos pela CSN, que possibilitem definir o custo total, além da aprovação da ANTT aos estudos.

Esse bloqueio de recursos públicos persiste até hoje e é considerado o maior imbróglis do projeto, que dificilmente será concluído sem uma liberação, afirmam pessoas envolvidas.

Ao todo, o mega empreendimento já consumiu R\$ 6,5 bilhões em recursos públicos e privados, mas ainda deverá demandar outros R\$ 6,7 bilhões, segundo cálculo da companhia - o valor exato ainda não foi validado pela ANTT. Também não está claro quem arcará com qual parcela das despesas.

A CSN compartilha o controle da Transnordestina Logística S.A. (empresa responsável pelo tramo da ferrovia) com a estatal Valec e com a BNDESPar, braço de participações do banco de fomento. A empresa detém 46,3% das ações totais, e 92,6% das ordinárias (que dão direito a voto).

Para poder destravar os aportes públicos, a CSN já enviou diversos projetos executivos de partes da ferrovia para análise da ANTT. Em agosto deste ano, o órgão pediu que a companhia consolidasse todos os documentos em um só, para que pudesse fazer uma análise final, afirma o superintendente de transporte ferroviário da agência reguladora, Alexandre Porto.

A partir desse projeto executivo consolidado, a área técnica poderá dar seu parecer, diz ele - o processo costuma levar uma média de 90 dias, mas poderá demorar mais devido à complexidade do caso. Em seguida, o documento seguirá para a diretoria da ANTT e, depois, para o aval do TCU.

Mesmo com toda a incerteza sobre a liberação da verba, a CSN decidiu retomar as obras com os R\$ 250 milhões de recursos próprios, como uma mostra concreta ao governo de que o grupo está disposto a terminar o projeto, segundo fontes que acompanham a negociação. Mas terá de buscar mais recursos para dar continuidade: fontes previstas são o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o fundo Finor.

A decisão de retomada, porém, não foi de todo espontânea - a companhia teve incentivos determinantes, como a possibilidade de uma caducidade do contrato, cujo processo está em tramitação na ANTT, e a ameaça do governo de uma execução antecipada de dívidas bilionárias do projeto, garantidas pela CSN. Como há um descumprimento contratual do cronograma de obras, os financiadores públicos poderiam acionar a garantias financeiras.

Além dos recursos próprios colocados por CSN e Valec, o financiamento da construção foi feito principalmente pelo BNDES, BNB e com debêntures subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Outra solução em estudo pela CSN para viabilizar o projeto é uma possível associação com parceiros internacionais.

Ainda está em negociação uma eventual entrada da agência italiana de crédito à exportação Sace, que se dispôs a fazer um empréstimo em troca da entrada de companhias italianas no projeto. A CSN também mantém conversas com outros dois grupos chineses, segundo fonte próxima à empresa.

Para a companhia, poderia haver parcerias estratégicas de grupos interessados em transportar carga na via. A principal carga prevista é o minério de ferro, mas também há a projeção de movimentação de grãos, como milho e soja, e combustíveis e fertilizantes. A entrada de um sócio, porém, dificilmente terá avanços enquanto não houver uma solução do imbróglio em torno da liberação de recursos.

Procuradas, a Transnordestina Logística S.A. e a CSN não quiseram comentar. O Ministério de Infraestrutura afirmou, em nota, que "as negociações entre a concessionária e governo federal estão avançando" e que ainda não havia definição sobre "um eventual acordo ou retomada das obras".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: CTG recorre à biotecnologia no combate ao mexilhão**

Segunda maior geradora de energia privada do país, a CTG Brasil, empresa controlada pela China Three Gorges Corporation, se inspira numa biotecnologia adotada no combate aos mosquitos da dengue e malária para enfrentar um problema que afeta as hidrelétricas há quase 20 anos, mas que vem se agravando: a presença do mexilhão-dourado, espécie vinda da Ásia e sem predadores naturais que causa um prejuízo anual da ordem de R\$ 400 milhões ao setor elétrico, segundo estimativas da companhia. Dona de 17 hidrelétricas no Brasil, a CTG entra neste mês numa nova fase de pesquisa e desenvolvimento (P&D), na tentativa de controlar a praga em suas usinas, em parceria com a startup de biotecnologia e engenharia genética Bio Bureau.

Em 2006, o **Valor** publicou uma ampla reportagem mostrando que o molusco, hospedeiro da salmonela e impróprio para o consumo humano, tinha chegado ao continente vindo nos cascos dos navios da China que aportavam na Argentina, onde foi encontrado pela primeira vez em 1991 no rio da Prata. O mexilhão afetou a primeira hidrelétrica argentina, de Yacretá, em 2000. No ano seguinte chegou a Itaipu e, em 2002, provocou a parada de uma turbina em Porto Primavera. Na limpeza do equipamento foram retiradas quatro toneladas de conchas. Hoje já são encontrados inclusive no reservatório da hidrelétrica de Sobradinho, da Chesf, na Bahia.

Quase 15 anos depois, a CTG planeja criar mexilhões geneticamente modificados e, posteriormente, liberá-los vivos em reservatórios de hidrelétricas e outros locais infestados para produzir apenas descendentes estéreis. A expectativa é que essa solução leve à eliminação da praga ao longo do tempo, a partir da redução da taxa de reprodução do molusco e do combate a sua proliferação descontrolada.

Inúmeros projetos já foram realizados por empresas e centro de pesquisa brasileiros para tentar combater o mexilhão. Porém, a incidência do molusco nos rios do país é crescente e, inclusive, pode avançar para a região amazônica. Interessada em encontrar uma solução, a CTG Brasil apostou no trabalho desenvolvido pela Bio Bureau que visa combater o molusco com biotecnologia.

"Ao invés de pensar em uma solução química, fomos para uma solução biotecnológica", afirma Mauro Rebelo, fundador da Bio Bureau. "Em 2013, tivemos o primeiro 'crowdfunding' [financiamento coletivo] científico bem-sucedido no Brasil. Levantamos R\$ 40 mil para começar a sequenciar o genoma do mexilhão".

As duas empresas começaram a trabalhar juntas em um projeto, no âmbito do programa de P&D da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 2017. Neste mês será assinada a terceira fase do projeto, que agora conta com outras empresas do setor como patrocinadoras. Considerando as três etapas do projeto, o valor do investimento é de aproximadamente R\$ 11 milhões.

"Nesta fase, a CTG Brasil estará junto com a Bio Bureau em uma pesquisa aplicada para tentar fazer uma edição genética objetivando o colapso da população [de mexilhões-dourados] pela infertilidade", conta Carlos Nascimento, gerente de Pesquisa & Desenvolvimento da geradora.

Segundo Rebelo, a depender da evolução da pesquisa, é possível que uma solução seja disponibilizada ao mercado em cerca de dez anos. "Ainda é uma incerteza muito grande em relação a quanto tempo vai levar para essa infertilidade efetivamente controlar a população [de mexilhões] nos reservatórios".

A espécie causa prejuízos às empresas porque provoca despesas com manutenção das unidades geradoras das usinas, para a retirada do mexilhão. Somem-se a isso as perdas de receitas associadas à paralisação da operação das máquinas para o recolhimento do molusco. De acordo com levantamento feito pelo Ibama, 49 hidrelétricas, que representam 55% da capacidade instalada do parque gerador do país, registraram a ocorrência do mexilhão-dourado.

"Não há um predador natural [para o mexilhão-dourado] no Brasil, como há na Ásia", diz Rogerio Marchetto, gerente de Meio Ambiente da CTG Brasil. "Ele adere a tudo. Nas hidrelétricas, adere às tubulações, principalmente nas que fazem parte do resfriamento da água da usina. Ele pode acabar entupindo as tubulações e diminuindo a eficácia desses sistemas."

O especialista lembra que além da usina, a praga causa impactos no reservatório, afetando atividades de lazer e o uso múltiplo da água. Em 2001, por exemplo, as conchas entupiram os canos de distribuição de água e quase provocaram o colapso do abastecimento em Porto Alegre. Na época, foram usados contêineres para retirada dos moluscos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

CSN adia retorno

A CSN decidiu adiar o retorno da operação do alto-forno 3 da Usina de Volta Redonda, parado desde 28 de junho, para outubro, apurou o **Valor**. A data programada para seu retorno era 28 de agosto, mas a reforma atrasou. Por isso, a companhia aumentou a compra de placas de terceiros para abastecer seus clientes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Luísa Martins | De Brasília

Título: PGR dá aval contrário a Manguinhos no STF

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, manifestou-se favoravelmente à continuidade do processo de cassação da inscrição estadual da Refinaria de Manguinhos (Refit) em São Paulo, diante de um valor bilionário devido pela empresa aos cofres do governo estadual a título de ICMS. O processo tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) sob responsabilidade do próprio presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, que deve dar a decisão final nos próximos dias.

Na ação, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) pede a anulação de uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) que impediu a cassação da inscrição, sob o argumento de que isso tornaria inviável o plano de recuperação judicial da refinaria.

De acordo com a PGE, só em débitos inscritos em dívida ativa, Manguinhos já deve R\$ 2,7 bilhões ao Estado de São Paulo, o que enquadra a empresa como "devedora contumaz". A maior parte desse montante é relativa a ICMS declarado como substituição tributária - isto é, a refinaria, como responsável pelo recolhimento antecipado do imposto de toda a cadeia operacional, não estaria repassando esses valores ao erário paulista.

Em parecer, a Procuradoria-Geral da República (PGR) engrossa o coro dos procuradores estaduais. Dodge afirma que a interrupção do processo de cassação traz "risco de grave lesão à economia pública, uma vez que a redução na arrecadação do tributo gera importante impacto nas finanças públicas, além de injustificado embaraço na execução das políticas públicas".

Para ela, os prejuízos são ainda mais evidentes no cenário de grave crise financeira enfrentada pelo Estado, podendo "a execução imediata dos efeitos da decisão impugnada prejudicar a prestação de serviços públicos, considerada a importância do imposto para o orçamento estadual".

Dodge também afirma que a manutenção da decisão do TJ pode gerar um efeito cascata, servindo de estímulo para que outros devedores contumazes também permaneçam na inadimplência. "É patente a possibilidade de concretização do chamado efeito multiplicador da medida, pois inúmeros outros contribuintes podem pleitear provimento judicial semelhante", diz.

A blindagem à refinaria, prossegue a procuradora-geral, leva o Estado de São Paulo a um estado de inércia ante um prejuízo que pode alcançar R\$ 13 bilhões por ano, tornando-se impagável pela empresa e irrecuperável pelo poder público. "Em apenas um mês de apropriação, a refinaria deixa de recolher mais de R\$ 47 milhões em substituição tributária e utiliza esse valor para aumentar seu 'market share', mantendo, atualmente, mais de 3% do mercado de combustível em São Paulo e mais 9% no Rio de Janeiro."

A eventual cassação da inscrição estadual impediria a Refit de emitir documento fiscal em território paulista, mas não a continuidade de suas atividades. Isso porque Manguinhos tem sede no Rio. Em São Paulo, está apenas inscrita como contribuinte na condição de substituta. A mudança estaria no modo de recolhimento do ICMS, que passaria a ser efetuado em cada operação, por meio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE).

O Supremo tem pelo menos um precedente no sentido de permitir a cassação da inscrição estadual de empresa considerada devedora contumaz pelo Fisco. Em 2016, o plenário negou recurso interposto por uma companhia tabagista contra o cancelamento de seu registro na Receita, por descumprimento reiterado de obrigação tributária.

O caso se assemelha ao da refinaria de Manguinhos. O acórdão do STF afirma que "não há que se falar em sanção política se a cassação busca combater estruturas empresariais que têm na inadimplência sistemática e consciente sua maior vantagem concorrencial". Na ocasião, o ministro Ricardo Lewandowski chegou a classificar o episódio como uma "macrodelinquência tributária reiterada".

Procurada pelo **Valor**, a refinaria não se manifestou até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: ExxonMobil reforça presença na costa sergipana

Com a aquisição de três novas concessões na Bacia Sergipe-Alagoas, na oferta permanente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), nesta semana, a ExxonMobil consolida sua presença na fronteira de exploração e produção mais promissora do Brasil desde a descoberta do pré-sal. A expectativa do consórcio liderado pela americana, ao lado da Enauta e Murphy Oil, é começar a perfurar seus primeiros poços nas águas profundas da região a partir de 2020.

O consórcio é, hoje, o principal ator privado na exploração da Bacia Sergipe-Alagoas. Juntas, ExxonMobil (50%), Enauta (30%) e Murphy Oil (20%) têm seis concessões exploratórias na região e, com a participação no leilão desta semana, passam a operar

nove blocos - igualando-se ao número de áreas da Petrobras, que fez importantes descobertas na costa sergipana, nos últimos anos.

Em agosto, a Enauta anunciou que o programa de perfuração na bacia está previsto para começar a partir do segundo semestre de 2020. Segundo a petroleira, as empresas já enviaram as solicitações de licença ambiental. Os dados sísmicos definitivos, que indicarão os melhores pontos para perfuração, devem ser recebidos neste ano.

A Bacia Sergipe-Alagoas desponta como a mais nova fronteira de exploração e produção de óleo e gás da costa brasileira. A Petrobras detém seis descobertas na região (Cumbe, Barra, Farfan, Muriú, Moita Bonita e Poço Verde) e espera começar a produzir seus primeiros barris de óleo em 2023.

Para dividir os investimentos bilionários que serão necessários para desenvolver a infraestrutura local, a empresa está vendendo parte de sua participação nas concessões locais. A presença da Exxon, principal petroleira privada do mundo, aliás, gera a expectativa de que os investimentos na região possam ser acelerados.

Diante do sucesso exploratório da estatal, a Bacia Sergipe-Alagoas passou a despertar a atenção da iniciativa privada em 2015, quando a Enauta (então Queiroz Galvão Exploração e Produção) pagou, sozinha, R\$ 100 milhões por duas concessões no local, na 13ª Rodada de blocos exploratórios da ANP.

Em 2017, em meio às reformas no marco regulatório do setor, a Exxon resolveu aumentar sua presença no Brasil e elegeu a Bacia de Sergipe-Alagoas como um dos principais destinos de seus investimentos, ao lado do pré-sal de Santos e Campos. A empresa comprou 50% da fatia da Enauta nos dois blocos que a brasileira operava e, junto com a Murphy e a antiga QGEP, arrematou mais quatro áreas, nos leilões de 2017 e 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Ana Carolina Neira | De São Paulo

Título: Demanda estrangeira por ação segue reduzida

A forte presença do capital externo nas ofertas de ações neste ano está longe de indicar uma retomada da disposição desse investidor em ampliar a exposição ao mercado brasileiro. Os estrangeiros permanecem altamente seletivos na alocação de recursos em ativos brasileiros. A quantidade de dinheiro novo dedicada ao país ainda é muito pequena e esbarra na baixa demanda por risco.

Este ano, as novas ofertas de ações - duas iniciais (IPOs) e 17 subsequentes (follow-ons) - giraram R\$ 53,8 bilhões, sendo que R\$ 25,02 bilhões corresponderam a capital

externo. Desse total adquirido por estrangeiros, R\$ 14,1 bilhões - mais da metade, portanto - ficaram concentrados em só três empresas: dois follow-ons do IRB Brasil (um em fevereiro e um em julho), um da Petrobras e outro da BR Distribuidora. Sozinha, as distribuições de papéis do IRB, uma empresa de base acionária internacional, concentraram uma fatia de estrangeiros de R\$ 7 bilhões. Ou seja, o estrangeiro destinou seus recursos basicamente às velhas conhecidas - grandes companhias, de baixo risco e base acionária já bastante internacionalizada.

Já no mercado secundário, onde são negociadas ações já listadas, a saída do estrangeiro soma R\$ 23,3 bilhões em 2019 até 9 de setembro. Considerando a entrada de R\$ 25 bilhões do mercado primário, portanto, a exposição dessa classe de investidor a toda a bolsa está positiva em R\$ 1,8 bilhão no ano.

Esse número ainda é um dos menores desde, pelo menos, 2004. Isso quer dizer que as novas ofertas conseguiram amenizar o efeito do fluxo negativo para a bolsa este ano, mas não a ponto de colocar a participação do não residente nos patamares observados em momentos de entusiasmo. Nos últimos seis anos, as entradas de estrangeiros nos segmentos primário e secundário sempre ficaram em dois dígitos.

Para Carlos Sequeira, chefe da área de ações do BTG Pactual, ofertas muito grandes e de empresas com base robusta de estrangeiros, como IRB e Petrobras, acabam fazendo com que eles se desfaçam das posições em bolsa para comprar os novos papéis - no geral, o investidor vê um prêmio a ser capturado entre a ação nova e a cotação na tela. "Só que ele faz isso porque não tem dinheiro novo disponível, justamente porque o interesse é menor. Se o momento lá fora fosse outro, talvez ele não precisasse tomar esse tipo de decisão", diz. "Mesmo que Brasil esteja melhor do que os outros emergentes, ele ainda é um emergente."

O mercado secundário ainda passa por um intenso clima de cautela por causa da guerra comercial entre China e EUA e o medo de uma recessão global. Tanto é que a fotografia dos fluxos dos estrangeiros na bolsa hoje se assemelha justamente ao visto no auge da crise financeira global, em 2008. Já no segmento primário, ainda parece haver mais espaço para algumas apostas, mas, mesmo nesse caso, as apostas dependem dos ramos de atuação das empresas. Não é um investimento em Brasil, mas em oportunidades específicas, por ora.

"Estrangeiros procuram crescimento. Sem isso, o interesse é restrito", diz Luciano Brandão, sócio responsável pela área de ações da BlueLine Asset Management. Para ele, uma demanda relevante do investidor num momento de reduzida liquidez mundial é por ativos de mais fácil negociação. Nesse caso, a exposição a Brasil pode ser controlada via, por exemplo, fundos de índice (ETF) - em Nova York, o maior deles, ligado a Brasil, é o iShares MSCI Brazil, ou EWZ. "Com o juro no nível em que estamos vendo no país, acredito que o investidor local continuará sendo o grande protagonista do mercado."

Para André Rosenblit, responsável pela área de equities do Santander, as maiores oportunidades atuais estão nos setores elétrico e de saúde. Atrás do IRB, Petrobras e BR Distribuidora, outras ofertas de grande volume neste ano foram justamente o IPO

da Neoenergia e o follow-on da CPFL. O estrangeiro, porém, só virá quando o Brasil tirar do papel o crescimento prometido, diz ele..

"A grande discussão que se faz lá fora é sobre o potencial de crescimento do Brasil. Eles não virão só pela reforma da Previdência ou a tributária, mas quando o crescimento der sinais mais fortes", afirma. "O setor elétrico é algo que todo mundo precisa e utiliza, enquanto o setor de saúde está inserido em um país [Brasil] em que a população é expressiva e está envelhecendo. Investir em saúde em mercados emergentes é uma boa oportunidade. É o que pode atrair a demanda."

Visão semelhante compartilha Gleidson Leite, gestor de renda variável da Western Asset no Brasil, para quem o primeiro grande teste de confiança - o andamento da reforma da Previdência - foi vencido. "Mas ainda não sabemos como as outras agendas positivas serão executadas. O governo não tem uma bala de prata para a questão do crescimento", afirma.

Na ausência de um fluxo mais forte de dinheiro novo para ações pelas mãos dos estrangeiros, quem tem sustentado o Ibovespa, que retomou o patamar dos 100 mil pontos nas últimas semanas, é o investidor local. A participação dessa classe no volume da bolsa é a maior desde, pelo menos, 2012 - e o juro baixo no Brasil é o principal catalisador desse interesse.

Os investidores institucionais já colocaram R\$ 20,6 bilhões no mercado secundário de ações neste ano e cerca de R\$ 25 bilhões no mercado primário - a média de participação deles nas ofertas iniciais e subsequentes é de 46%. No caso da pessoa física, a entrada é de R\$ 9 bilhões para ações já listadas e uma parcela pequena, equivalente a 3% na média, para novas ações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2019

Seção: Finanças

Autor: Vanessa Adachi | De São Paulo

Título: Setor químico tem primeira emissão verde com Sabará

Uma pequena emissão de debêntures fechada na semana passada trouxe algumas boas novas para o mercado de capitais local. A Sabará, empresa química que fornece insumos para o setor de saneamento e tratamento de água, conseguiu captar R\$ 20 milhões com uma emissão verde, ou seja, títulos de dívida que levantam recursos para projetos com benefícios ambientais.

Foi a primeira vez que uma empresa do setor químico no país conseguiu atender a critérios verdes. Além disso, a operação da Sabará indica uma abertura para emissões com selo ambiental de empresas de menor porte no mercado local de dívida.

Para a Sabará, a emissão teve um significado adicional. Foi a primeira vez que a empresa conseguiu acessar o mercado de capitais ou simplesmente obter um crédito por longo prazo, no caso, de cinco anos. Ulisses Mاتيولli Sabará, um dos controladores

da empresa, tem uma lista interminável de histórias sobre a dificuldade de obter capital de longo prazo. "Durante 20 anos, pelo menos, nós, uma empresa média e bem estruturada, vimos poucas ou nenhuma porta aberta para captar recursos a custos acessíveis. O dinheiro disponível está alocado em grandes empresas ou em startups", diz ele. "Agora tivemos a grata surpresa de encontrar capital alinhado com os nossos valores", diz. As debêntures pagarão uma taxa considerada elevada, de CDI mais 6,25% ao ano.

Os recursos servirão para abater dívidas bancárias contraídas com Safra e Bradesco para a construção de uma fábrica de clorito de sódio, em Santa Bárbara do Oeste (SP), que custou R\$ 15 milhões. "Em 2017 solicitamos um financiamento ao BNDES que não saiu e acabamos nos endividando com bancos para terminar a construção", diz Ulisses Sabará. Cerca de R\$ 5 milhões ficarão como gordura para capital de giro da empresa.

O empresário explica que a empresa era uma importadora de clorito de sódio, matéria-prima para fabricar o dióxido de cloro, um agente bactericida não poluente e não cancerígeno. Além de ser usado no tratamento de água, é empregado, por exemplo, pela indústria sucroalcooleira. "Verticalizar a produção nos dá uma vantagem competitiva enorme. Poderemos vender no mercado local ou exportar o insumo", diz ele. "Esperamos crescer com o aumento das concessões de água e esgoto à iniciativa privada."

A debênture da Sabará recebeu o selo verde da Sitawi. "Foi a primeira emissão verde local do setor industrial", diz Gustavo Pimentel, sócio da Sitawi. "Finalmente estamos chegando em tíquetes menores e fora do setor de energia, que domina esse mercado." Outro papel de menor tíquete emitido neste ano foi o da Athon Energia, no valor de R\$ 40 milhões. Houve outras quatro emissões com selo verde no ano no país até agora: AES Tietê (R\$ 820 milhões), Taesa (R\$ 210 milhões), Neoenergia (R\$ 1,3 bilhão) e Celulose Irani (R\$ 505 milhões).

Segundo Pimentel, no caso da Sabará, além da performance ambiental da nova planta, que opera com energia renovável, o produto em si foi relevante na concessão do selo. "Fora isso, há o benefício do fornecimento local que vai reduzir a importação e as emissões de carbono decorrentes."

O papel da Sabará foi comprado pelas gestoras Polo Capital, Lakewood e Novero. Esta última destinará 100% da sua fatia para um fundo exclusivo da Wright Capital, gestora que administra o patrimônio de famílias que se comprometem a fazer investimentos de impacto sócio-ambiental positivo. "Temos feito um trabalho de ativismo junto aos gestores de recursos tradicionais para que estes passem a considerar critérios de ASG [ambientais, sociais e de governança] quando fizerem suas alocações", diz Fernanda Camargo, sócia da Wright. "No caso da debênture da Sabará, além do retorno, da estrutura de garantias e da governança, encontramos uma empresa comprometida com a transformação social e ambiental."

Para a Polo Capital, o selo verde não foi uma pré-condição para o investimento, diz o sócio Mariano Andrade. Pesou mais a questão de a Sabará ter um perfil de baixa volatilidade de receita, fato que reduz o risco de crédito do papel. "Mas nós

vislumbramos um futuro não distante em que 'green bonds' serão negociados com prêmio. Por ora, a demanda dos investidores ainda é incipiente, mas, quando se trata de crédito de longo prazo, o selo verde é desejável porque não sabemos como o mercado vai mudar nesse período", diz ele. Os R\$ 9 milhões que a Polo comprou da emissão serão distribuídos em vários fundos da casa.

Leonardo Teixeira, sócio da Novero, diz que o prêmio mais salgado está relacionado ao fato de a Sabará nunca ter acessado o mercado antes. A tendência, acredita, é que as taxas caiam bem nas próximas emissões. A emissão é garantida por dois contratos de longo prazo com empresas de saneamento.

A Sabará Químicos e Ingredientes é a principal empresa do grupo Sabará, que também controla a Beraca, uma das principais fornecedoras de ingredientes naturais da biodiversidade brasileira para a indústria cosmética. Também do grupo, a Concepta fornece ingredientes naturais da biodiversidade local para o setor de alimentos. No ano passado, o grupo faturou R\$ 200 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/09/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Governo deve desbloquear R\$ 15 bi do Orçamento

Uma arrecadação de cerca de R\$ 8 bilhões, acima do esperado para julho e agosto, vai permitir um desbloqueio próximo de R\$ 15 bilhões das despesas do Orçamento. Os recursos devem dar alívio aos ministérios, que enfrentam um "apagão" administrativo pela falta de recursos, como vem mostrando o Estado. Os valores ainda não estão fechados e podem ser alterados até o anúncio oficial no próximo dia 20 de setembro – data em que o governo terá de enviar ao Congresso Nacional o relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento.

Os números preliminares apontam, por enquanto, um valor entre R\$ 11 bilhões e R\$ 15 bilhões, mas "mais próximo de R\$ 15 bilhões", disse uma fonte da equipe econômica. Atualmente, o valor do bloqueio é de R\$ 34 bilhões. Como o Estado mostrou, um grupo de 13 ministérios e órgãos do governo deve ficar sem orçamento já neste mês. Outros nove ministérios começariam a ter de "desligar" serviços e programas entre outubro e novembro. Julho e agosto tiveram arrecadação de R\$ 8 bilhões, acima dos R\$ 5 bilhões previstos inicialmente. O integrante da equipe econômica disse que o resultado, porém, não é para "soltar fogos" e se deve, principalmente, à venda de empresas da Petrobrás e de ações do IRB pelo Banco do Brasil.

Haverá, ainda, recolhimento de dividendos por parte da Caixa Econômica Federal e do BNDES. Os números ainda estão sendo fechados, mas, nesse caso, os valores deverão ser menores do que os R\$ 13 bilhões programados inicialmente pela equipe econômica. O presidente em exercício, Hamilton Mourão, chegou a dizer que o desbloqueio pode chegar a R\$ 20 bilhões, mas o valor é difícil de ser alcançado. Na

avaliação da equipe econômica, isso depende de outras receitas, que não estão confirmadas.

O relatório não vai incluir a arrecadação do megaleilão de exploração do pré-sal de 6 novembro, de R\$ 106,5 bilhões. O edital já foi publicado, mas ainda precisa passar pelo Tribunal de Contas da União. Também é necessário aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata do leilão. A votação em primeiro turno deve ocorrer apenas no dia 5 de novembro na Câmara. Depois, ainda será preciso votá-la em segundo turno.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Zeina Latif

Título: Entre intenções e dura realidade

O ministro Paulo Guedes tem uma capacidade de comunicação pouco vista em chefes da pasta da Economia, o que é importante ingrediente para o debate público avançar. Merece reconhecimento o esforço para explicar temas como privatizações e redução da rigidez orçamentária, e os alertas quanto à necessidade de rever políticas públicas, como o Sistema S e a Zona Franca de Manaus. Em entrevista ao Valor Econômico, o ministro desabafou: “O Estado brasileiro quebrou”. Melhor mesmo deixar isso claro. É essencial a sociedade compreender que o esforço fiscal comprometerá parte relevante da agenda econômica nos próximos anos. A visão de que a reforma da Previdência resolveria o rombo fiscal é equivocada. A agenda de eliminação de renúncias tributárias e corte de despesas obrigatórias mal começou e não há espaço para redução de impostos.

Guedes (felizmente) reafirma o compromisso com a manutenção da regra do teto – gastos públicos não podem crescer além da taxa de inflação – e demoveu o presidente Bolsonaro da ideia de flexibilizá-la. Uma vez que os gastos com a Previdência, que representam mais da metade do orçamento federal, vão continuar crescendo mais do que a inflação nos próximos anos, mais ações para corte de despesas serão necessárias.

O ministro pretende reduzir a rigidez orçamentária, em linha com os alertas do secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, que aponta que 70% do orçamento da União está vinculado ao comportamento da inflação. Isso requer reformas constitucionais, e o governo começou a tocar no assunto ao sinalizar com uma reforma administrativa que, entre outras iniciativas, deverá prever o fim da estabilidade para a maioria dos servidores públicos entrantes. Esse é, sem dúvida, um tema essencial para o debate público.

Sinaliza-se também um programa de privatizações e a venda de ativos como forma de reduzir a dívida pública. No primeiro caso, não é algo para já, até porque depende de aprovação do Congresso. Além disso, não houve detalhamento do que será feito, mas apenas uma lista de intenções. Apesar de Guedes falar em fast-track para

privatizações, cada empresa precisará ser analisada isoladamente, por suas especificidades. Há empresas que deveriam ser simplesmente liquidadas. Importante mencionar que a decisão de privatizar deve visar em primeiro lugar a busca de eficiência da economia, ainda que riscos fiscais devam ser considerados.

No segundo caso, de concessões e venda de ativos, a agenda já está em curso, mas o impacto fiscal é limitado às concessões de infraestrutura, que geraram receita de R\$ 5 bilhões no acumulado do ano até julho. A venda de ativos das empresas estatais, como o controle da BR Distribuidora pela Petrobrás, não gera receita à União.

Nem tudo são flores. A promessa de zerar o déficit público este ano não vingou e, a julgar pelas últimas notícias, pressões de curto prazo estão também moldando as decisões do ministério. Discute-se artifícios para facilitar o cumprimento da regra do teto, como o fim da multa extra de 10% sobre o FGTS, o que liberaria R\$ 5,6 bilhões de gastos, a transferência de R\$ 9,3 bilhões do salário-educação para Estados e municípios e a desvinculação de R\$ 12 bilhões de fundos específicos do governo federal. Como aponta o analista da XP Victor Scalet, estas não são medidas de ajuste fiscal.

Também chama atenção a demora na definição da reforma tributária, como para sepultar uma nova CPMF. Mais uma fonte de incertezas no quadro econômico. É inevitável a leitura de que se busca algum aumento da carga tributária.

O quadro dramático das contas públicas exige ações concretas com divulgação das propostas de reformas. A da Previdência será em breve página virada e não se pode perder a “janela reformista” do primeiro ano de governo. E não basta enviar as matérias ao Congresso. São necessários o diálogo e a negociação entre vencedores e perdedores de cada reforma proposta. Hora de colocar a bola no chão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Thiago Resende e Thais

Título: Divergências travam plano de socorro a estados na Câmara

ArbexAla do Congresso quer benesses também para entes com boa situação financeira

Brasília- Lançado como uma das principais medidas econômicas do governo, o plano de socorro financeiro a estados e municípios é alvo de disputas na Câmara, onde está parado desde que foi apresentado, em junho.

Uma ala do Congresso quer benesses também para estados cujas contas se encontram em boa situação.

Traçado pelo secretário de Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, o plano prevê empréstimos garantidos pela União a estados em crise.

O Tesouro classifica cada estado com uma nota de acordo com dados fiscais e capacidade de pagamento.

O relator do projeto na Câmara e líder do PDT, André Figueiredo (CE), estuda uma forma de que estados com selos de bons pagadores (A e B) também sejam beneficiados. O Ceará tem nota B.

O foco do governo foi o grupo com rating C. Ao todo, são 11 estados: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Quem aderir ao programa poderá ter acesso a financiamento e cumprir ao menos três de oito requisitos.

São exemplos de contrapartidas: privatizar empresas de setores financeiro, energia, saneamento ou gás; reduzir em 10% os incentivos ou benefícios tributários no ano seguinte à assinatura do programa.

O Tesouro reservou R\$ 40 bilhões, sendo R\$ 10 bilhões por ano, para dar aval a empréstimos estaduais.

Governadores consideram as exigências muito duras e têm priorizado projetos que representam um dinheiro extra ao caixa e sem contrapartidas, como a divisão de recursos da cessão onerosa.

Está marcado para 6 de novembro um megaleilão de petróleo no qual o governo estima arrecadar R\$ 106 bilhões — R\$ 21 bilhões irão para estados e municípios.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), determinou, ainda em junho, a criação da comissão que vai analisar o programa de socorro, chamado de plano Mansueto.

Dos 34 membros, só 14 foram indicados pelos partidos, num sinal de desinteresse.

Deputados ligados a prefeitos também defendem que o plano tenha regras mais vantajosas para municípios.

Sem consenso, a instalação da comissão ainda não tem prazo definido. Maia, contudo, defende o programa e quer destravar a análise do projeto.

O plano faz parte do pacto federativo, conjunto de medidas para que governadores e prefeitos recebam mais recursos e saiam da crise fiscal e, em troca, apoiem a reforma da Previdência.

Líderes da Câmara afirmam que, se Maia quiser usar o plano como moeda de troca aprovar a reinclusão de estados e municípios na reforma da Previdência, as duas propostas podem ser engavetadas.

O Senado deve enviar para a Câmara uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para que as novas regras tenham validade para servidores estaduais e municipais.

A Câmara, no primeiro semestre, rejeitou estender o efeito da reforma para estados e municípios enquanto governadores e prefeitos faziam campanha contra a medida. Maia defende a proposta que avança no Senado.

Ainda no projeto que cria o plano Mansueto, o governo prevê alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal para esclarecer os limites de gastos com pessoal — não há padrão de critérios utilizados hoje, e alguns estados não incluem os inativos. Haverá um prazo para adaptação às mudanças, que termina no final de 2024.

Outra alteração é um inciso que proíbe aumentos salariais parcelados cujo impacto se dê fora do mandato do atual governante.

Os governos também não poderão contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente em todos os anos. A mudança valerá a partir de 2026 para estados e Distrito Federal, e a partir de 2024 para municípios.

Integrantes da equipe econômica desconfiam da possibilidade de avanço do plano de socorro a estados no Congresso. Eles acreditam que os governadores querem evitar medidas para um forte ajuste nas contas públicas, o que é impopular.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha, Filipe Oliveira e Mariana Grazini

Título: Fetiche

PAINEL S.A

Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás, disse na terça-feira (10) que existe um “fetiche” da industrialização no Brasil, e José Ricardo Roriz, vice-presidente da Fiesp, reagiu dizendo não ser contra a produção de commodities.

Todos os gostos

“Por que estas duas alternativas para o Brasil teriam que ser excludentes? Estamos batendo recorde na produção e exportação de petróleo, minério e grãos, mas temos também milhões de desempregados”, afirma o vice-presidente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/09/2019

Seção: Poder

Autor: ANA PAULA RIBEIRO E GABRIEL MARTINS

Título: Bolsa de SP sobe 0,40% com medidas da China

Pequim decide isentar alguns produtos dos EUA de sobretaxas. Dólar recua 0,72%, a R\$ 4,0653

O Ibovespa, principal índice da B3, voltou a fechar em alta com a ajuda do exterior. O índice avançou ontem 0,40%, aos 103.446 pontos. Já o dólar comercial recuou 0,72%, a R\$ 4,0653. O alívio nos mercados veio da China, que publicou uma lista de produtos americanos que ficarão isentos das tarifas extras aplicadas a importações no ano passado.

— O impulso com a postura da China frente à guerra comercial ajuda os mercados. Além disso, o dia é de alta para as commodities, o que ajuda a impulsionar mercados exportadores emergentes, como o nosso —disse Rafael Bevilacqua, estrategista-chefe da Levante Investimentos.

A decisão de Pequim é vista pelos investidores como uma possibilidade de retomada e intensificação dos acordos entre as duas potências para pôr fim à guerra tarifária, travada desde janeiro de 2018. Em Nova York, o índice Dow Jones fechou em alta de 0,85%, enquanto o S&P 500 avançou 0,77%.

Internamente, as varejistas, que na terça-feira puxaram a Bolsa para baixo com o lançamento do Amazon Prime no Brasil, conseguiram se recuperar. As ações do Magazine Luiza subiram 6,48%, enquanto as da B2W (controladora da Americanas.com e do Submarino) registraram avanço de 3,26%. A Via Varejo (dona de Casas Bahia e Pontofrio) teve alta de 2,95%, e as Lojas Americanas, de 4,67%.

— Alguns setores, como o de varejo, estão em recuperação e acabam compensando as ações que estão em queda. Mas, a curto prazo, não temos nada que dê impulso maior à Bolsa — disse Ari Santos, gerente de renda variável da corretora H.Commcor.

PETROBRAS E BB EM QUEDA

A alta do Ibovespa só não foi maior devido ao desempenho das ações da Petrobras, que fecharam em queda de 0,85% nas preferenciais (PN, sem direito a voto) e de 1,77% nas ordinárias (ON, com voto).

A queda nas ações da estatal está relacionada à desvalorização do petróleo no mercado externo, ocorrida à tarde, depois que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sinalizou que as sanções contra o Irã poderiam ser amenizadas. O barril de petróleo tipo Brent encerrou em queda de 2,18%, a US\$ 61,02.

Os papéis do Banco do Brasil também tiveram queda relevante, de 2,38%.

MME / ASCOM .